

A organização fundiária e a construção das sociabilidades nas origens de Ribeirão Preto

José Antônio Correa Lages¹

Introdução

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado que o autor apresentou à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca, em 1995, e que recebeu da banca aprovação com “distinção e louvor”. Ele parte de uma análise apurada de fontes documentais primárias, sobretudo os maços de população, processos judiciais e inventários que permitem elucidar fatos significativos e até pitorescos para uma compreensão mais exata do povoamento da antiga freguesia de Casa Branca, que incluía a região de São Simão e Ribeirão Preto.

Esses documentos forneceram dados quantitativos para uma pesquisa de Demografia Histórica em uma visão regional, permitindo privilegiar um estudo de caso – Ribeirão Preto – como resultado exemplar do fluxo migratório dos “entrantes mineiros” que povoou o interior paulista no final do século XVIII e início do século XIX. Sua estruturação fundiária fortemente entrelaçada com a formação de seus primeiros grupos familiares ficou finalmente esclarecida a partir da análise e publicação de fontes inéditas.

“Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro” – título da dissertação – constitui hoje importante contribuição para o desvendamento das origens da Capela da Barra do Retiro que viria mais tarde tornar-se a vila de São Sebastião de Ribeirão Preto.

A formação demográfica de grande parte do interior brasileiro ou, mais especificamente do que se convencionou chamar de “oeste paulista” está relacionada com as correntes migratórias que chegaram à região nordeste da antiga capitania e província de São Paulo, provenientes de Minas Gerais. Esses mineiros chegavam com suas famílias, traziam poucos pertences a que chamavam

¹ José Antonio Correa Lages é mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca (1995) e doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

de seu “trem” sobre carros de boi, com agregados, escravos, algumas cabeças de gado, bestas de carga. Mas quem eram eles?

Eram mineiros, principalmente do sul e do oeste da província. Pelo menos as suas primeiras levadas não provinham das camadas mais ricas da sociedade, pois estes quase nunca precisavam migrar. Mas, em comparação com os paulistas que se dispersavam pelo Caminho de Goiás durante o século XVIII, esses mineiros eram “homens de certa posse”. É bom que se esclareça que estes mineiros nunca haviam trabalhado em minas de ouro e diamantes. Viviam da pecuária e da agricultura e, mesmo assim, tinham certo comportamento de homens da cidade. Era a necessidade de comprar e vender seus produtos que os levava, com frequência, às vilas de São João del Rei, Mariana, Campanha, Tamanduá (atual Itapeçerica), Aiuruoca, na província de Minas Gerais.

Neste artigo, partimos da investigação do substrato econômico e social que justificou a migração daqueles grupos da população mineira para o interior paulista. Em seguida, privilegiaremos a área de São Simão e Ribeirão Preto para detectarmos a presença inicial daqueles grupos no processo de ocupação da terra pelo sistema de posse que vigorou no país até a Lei de Terras de 1850.

Destacamos aqui o conflito agrário entre as famílias Campos e Reis de Araújo em torno da posse da fazenda do Rio Pardo, que marcou a formação inicial do município de Ribeirão Preto até a formação das suas cinco primeiras unidades agrárias: Palmeiras, Retiro e Barra do Retiro, Laureano e Pontinha ou Ribeirão Preto. Até o início do século XX, antes da formação dos nossos bairros atuais, elas ainda serviam de referência obrigatória para a localização de seus moradores.

Analisaremos ao mesmo tempo o desenvolvimento das sociabilidades desta população inicial com destaque para a organização religiosa e as necessidades de troca. Concluiremos com uma discussão em torno do conceito de “fundação” da cidade, termo ambíguo e fugaz que, quase sempre, não tem correspondência com a realidade empírica dos acontecimentos.

O mito da crise aurífera de Minas Gerais

É possível datar a chegada desses mineiros? Em torno de 1790 já era possível sentir sua presença percorrendo o Caminho de Goiás ou descendo pelos rios que têm suas cabeceiras em Minas Gerais, como o Pardo e o Mojiguaçu. Sua chegada se intensificou como uma verdadeira corrente

migratória a partir de 1820 e foi crescendo cada vez mais durante o século XIX, principalmente durante a expansão da lavoura cafeeira em São Paulo, neste momento incluindo também muita gente de posses e mesmo grandes cafeicultores do vale do rio Paraíba paulista e fluminense.

É possível comprovar a quantidade enorme de mineiros chegando à província paulista pelos recenseamentos da época que apontavam a origem geográfica da população. Em alguns lugares, os mineiros chegavam a constituir mais da metade da população. Aqueles que haviam chegado à região aparecem nos documentos dos censos do início do século XIX chamados de “entrantes mineiros” e de “novos entrantes”, quando se constatava uma chegada ainda mais recente.

Mas o que os levou a sair das montanhas de Minas e ir para o sertão paulista? Durante muito tempo, os historiadores consideraram que o simples esgotamento das lavras de ouro e diamantes levou toda a economia da província mineira ao empobrecimento e esta teria provocado a dispersão de seus habitantes. As coisas não aconteceram bem assim. Algumas pesquisas a partir da década de 1980 desenvolvidas na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais afirmam até o contrário. Vejamos.

A falta de ouro e diamantes levou, de fato, muitos mineiros a se dedicar a outras atividades econômicas que já eram praticadas na sua província desde o início da mineração. Assim cresceram ainda mais a criação de gado vacum (bovinos) e de suínos, a produção de queijos, a lavoura de milho, algodão e tabaco e outras atividades artesanais e domésticas, como a produção de panos.

Durante muito tempo questionou-se a fertilidade das terras mineiras e muitos confundiram o fato de ela ser montanhosa com sua impropriedade para as atividades agropecuárias. O que aconteceu, na verdade, acompanhando o esgotamento das lavras, foi um crescimento e uma diversificação da economia que levou muita gente a ocupar novas terras onde estas ainda não tinham proprietários, tanto na província mineira quanto nas outras vizinhas. Uma expansão econômica acompanhada por uma dispersão populacional, impulsionada pela formação de um verdadeiro mercado interno, já em crescimento desde o período do ouro, mas agora com um forte eixo aglutinador, o Rio de Janeiro, desde a chegada da família real em 1808.

Posseiros e povoadores madrugaram no sertão paulista: o pioneirismo de Simão da Silva Teixeira

Entre os primeiros posseiros e povoadores que madrugaram em nossa região estava um entrante mineiro, proveniente de São João del Rei: Simão da Silva Teixeira. Ele já aparece citado nos documentos históricos, como no censo de Mojiguaçu, desde 1810, morando no “bairro” do Rio Pardo. Assim era chamada, na época, toda a região norte da província de São Paulo, entre os rios Pardo e Grande. É bastante provável que nessa época, Simão da Silva Teixeira já estivesse na fazenda onde passou boa parte de sua vida no vale do ribeirão do Tamanduá e que viria, mais tarde, a constituir o município de São Simão.

Simão da Silva Teixeira era filho de um português do mesmo nome e casou-se em 1802 na matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João del Rei, com Catarina Maria da Silva. Não teve filhos. Além de lavrador, ele era também carapina (carpinteiro), o que pode ser comprovado pelas várias ferramentas que faziam parte de seu espólio. Um escravo seu, de nome Joaquim, aprendeu com ele este ofício.

Simão não veio sozinho para o sertão. Com ele, vieram alguns de seus irmãos, como Miguel, José e Caetano que formaram suas fazendas de criação na região. Simão da Silva Teixeira deve ter morrido com mais de cem anos, em 1849. Depois de ficar viúvo, casou-se segunda vez com Leandra de Souza Fonseca. Deixou uma série de lendas e recordações para seus conterrâneos de São Simão.

A família Reis de Araújo se fixa no vale do Tamanduá

Mas nem só de entrantes mineiros povoou-se o vale do ribeirão Tamanduá. Outra família muito antiga, esta de paulistas, acabou se fixando ali também e formou uma fazenda chamada “Figueira” que ainda hoje existe no município de Serrana. Esses paulistas eram bisnetos de outro que ganhou do governo paulista em 1733 uma sesmaria no Caminho de Goiás, João dos Reis de Araújo. Seus ascendentes estão ligados também à exploração do ouro na região mineira de Jacuí, próximo da fronteira paulista.

Os que se fixaram no ribeirão do Tamanduá foram seis irmãos, três homens e três mulheres - Vicente, Mateus, Manoel, Ana Rosa, Bárbara e Antônia. Eram filhos de Manoel José dos Reis

de Araújo, nascido em Jacuí (Minas Gerais) e de Maria Madalena de Jesus (da família Alves da Silva), nascida em Congonhas do Campo (Minas Gerais). Seus parentes por parte de pai e por parte de mãe sempre viveram em sítios e pousos ao longo do Caminho de Goiás. Os Reis de Araújo e os Alves da Silva eram muito conhecidos em toda essa região.

Por volta de 1808, quando a família ainda residia em terras da freguesia de Franca, os filhos mais velhos de Maria Madalena - Vicente e Mateus - se dirigiram para os sertões de São Simão com a intenção de se apossarem de terras devolutas. Assim, eles se assenhoraram de uma porção de *terras, campos e matos*, a que deram o nome de “Fazenda da Figueira”. Mas não se fixaram ali de imediato. Eles iam todo ano plantar roças e retificar as posses para evitar que algum intruso se metesse nas ditas terras. Eles fizeram isso durante anos, sem interrupção, até que, por volta de 1824, toda a família se mudou para a referida fazenda.

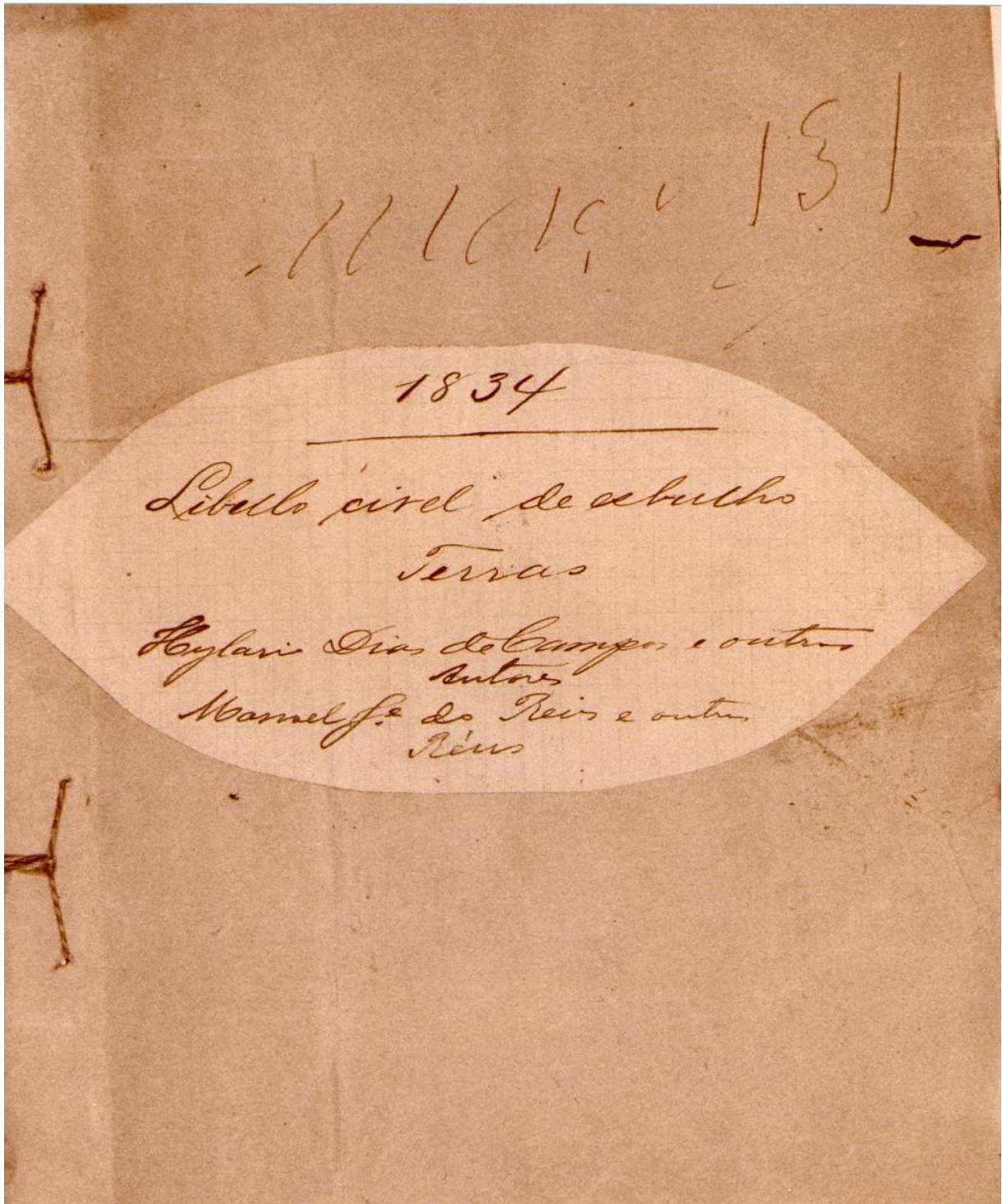
Um documento de divisão judicial de terras, encontrado no cartório de Casa Branca, nos informa que, ainda em vida, Maria Madalena fez doação da fazenda aos seis filhos, em partes iguais. Esta fazenda, no vale do ribeirão Tamanduá, foi, sem dúvida, o ponto de partida da população que, mais tarde ocupou a área correspondente aos municípios de Ribeirão Preto, Serrana, São Simão, Cravinhos e Serra Azul.

Muito provavelmente, nenhum dos irmãos Reis de Araújo residiu por muito tempo na Figueira. Eles sempre estiveram muito ligados a Batatais, para onde se mudaram posteriormente e onde possuíam terras e negócios. Mateus, por exemplo, foi militar das tropas de milícias, chegando a alferes e, depois capitão em Batatais. Ele possuía outra fazenda localizada na Mata do Rio Pardo. Todos eles se casaram e batizaram seus filhos na matriz do Bom Jesus da Cana Verde, em Batatais. Quem ficou na Figueira o resto da vida foi Maria Madalena. Ali ela faleceu em novembro de 1838.

Por volta de 1834, o capitão Mateus José dos Reis e seu irmão Vicente José dos Reis decidiram ocupar uma grande área de terras devolutas que ficava a oeste da Fazenda da Figueira. Levaram com eles agregados e escravos, abriram estradas, construíram porteiras, fizeram plantações e construíram currais de gado. Mas, outros já estavam por ali com as mesmas pretensões. Eram os filhos e genros de José Dias Campos e sua mulher Maria Ignácia de Jesus, entrantes mineiros que chegaram por volta de 1807 à região de Batatais, onde formaram a Fazenda Velha. Depois de várias escaramuças, estas duas famílias entraram em uma disputa judicial por aquele enorme latifúndio que os Dias Campos chamavam “Fazenda do Rio Pardo”. Esta disputa deu origem a uma ação de “força e esbulho de terras” que se arrastou por doze anos na Justiça Municipal de Mojimirim, transferida depois para a de Casa Branca.

O mais interessante é que esta grande extensão de terras corresponde exatamente ao que é hoje a malha urbana de Ribeirão Preto, onde estão as ruas, as praças, escolas, igrejas, indústrias, usinas, fazendas e sítios próximos. Os documentos anexados ao processo deixam perceber claramente a localização exata do terreno. Assim vai nascer Ribeirão Preto: sob o signo da disputa e da luta pela terra.

Ambos os lados trataram de se armar com documentos e testemunhas, verdadeiros ou falsos, para provar ao juiz que estavam há mais tempo no lugar. Mas os Reis de Araújo, já fixados há mais tempo na fazenda ao lado, da Figueira, lançaram uma estratégia espetacular: independente do curso do processo judicial: abriram dentro da área várias outras fazendas, trouxeram parentes, mais agregados e moradores e começaram a vender partes para terceiros. Era praticamente impossível sua retirada.



Capa do processo judicial da família Dias Campos contra a família Reis (de Araújo) que tramitou nas comarcas de Mogiguaçu e Casa Branca entre 1834 e 1846. Ele foi descoberto em 1994 no arquivo do Fórum de Casa Branca pelo historiador José Antônio Correa Lages e encontra-se hoje no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP).

Dentro de poucos anos, todas aquelas terras já estavam nas mãos de outras pessoas através dos mais diversos artifícios: venda, troca, doações, transmissões de herança, etc. Uma enorme quantidade de pessoas, muitas aparentadas com os Reis de Araújo e com os Bezerra dos Reis, tornaram-se condôminos de várias fazendas que foram abertas.

O juiz de Casa Branca somente deu por terminado o processo em 1846, quando foi feito um acordo entre as partes com base no preço simbólico de 4.000\$000 (lê-se quatro contos de réis) que os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos. Mas, um deles, Antônio Dias Campos, continuou contestando este acordo e reivindicando seus direitos sobre uma pequena área ainda por muito tempo, mas sem sucesso.

As primeiras fazendas do município de Ribeirão Preto

Foi assim que os irmãos Reis de Araújo ampliaram seus domínios territoriais: além da Figueira adquiriram na lei e na marra a vasta área cortada pelo córrego das Palmeiras e pelo ribeirão Preto e seus afluentes Retiro e Laureano. Mas é importante saber que eles nunca chegaram a residir nessas terras. Eram absenteístas. Fizeram negócios com elas, ganharam dinheiro, deixaram-nas para suas mulheres e herdeiros. E nunca sonharam que, dentro delas, iria surgir, dentro de pouco tempo, uma grande e bela cidade.

Manoel, Mateus e Vicente, para firmar seu domínio, tiveram de dividir a fazenda original, ocupá-las com parentes, agregados e escravos, além de transmiti-las para seus herdeiros e outros compradores. A antiga Fazenda do Rio Pardo, disputada com os Dias Campos, ficou assim dividida²:

² Esses dados foram retirados dos seguintes inventários: Prudência Maria de Jesus, mulher do Capitão Mateus José dos Reis (Batatais, 1835), Manoel José dos Reis (Mogimirim, 1839) e Vicente José dos Reis (Mogimirim, 1839).

FAZENDAS	EXTENSÃO	VALOR	BAIRROS ATUAIS DE RIBEIRÃO PRETO	PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS	PROPRIETÁRIOS SEGUINTES
PONTINHA OU RIBEIRÃO PRETO ABAIXO	4.050 alqueires	7.200\$000	. Campos Elíseos . Ipiranga . Jandaia . Marincek . Tanquinho . Simioni . Avelino Palma . Quintino II e adjacências	. Mateus José dos Reis (1/2) . Vicente José dos Reis (1/2)	.José Mateus .João Mateus .Francelina .Ananias José .Mateus .M ^a Silvéria da Anunciação e seus filhos: .Manuel .Mateus .Claudina
LAUREANO OU BRAÇO DIREITO DO RIBEIRÃO PRETO	2.067 alqueires	600\$000	. Vila Tibério . Monte Alegre . Jd. Recreio	idem	idem
PALMEIRAS	2.250 alqueires	-	. Palmeiras . Jd. Aeroporto . Salgado Filho . Quintino I	. Mateus José dos Reis	.José Mateus .João Mateus .Francelina .Ananias José .Mateus
RETIRO	4.632 alqueires	8.000\$000	. Vila Virgínia . Parque Ribeirão . Sumaré . Santa Cruz e adjacências	. Vicente Manoel dos Reis (1/2) . Manoel José dos Reis (1/2)	.Maria Silvéria da Anunciação e seus filhos: .Manoel .Mateus .Claudina .M ^a Felizarda e suas filhas: .Ana .Teodora
BARRA DO RETIRO ³	263 alqueires	-	. Centro da cidade . Higienópolis . Vila Seixas . Jd. Paulista	. Vicente José dos Reis	.M ^a Silvéria da Anunciação e seus filhos: .Manoel .Mateus .Claudina

³ Dentro de sua área foi formado o patrimônio eclesiástico de São Sebastião onde foi construída a capela, em torno da qual teve origem o arraial, depois vila e cidade de Ribeirão Preto.

A religiosidade como um dos fatores de organização social nas Palmeiras e na Barra do Retiro

As diversas sociabilidades da população das fazendas iniciais, como aquelas ligadas ao mercado e à religião, encontravam pela frente muitas dificuldades, devido principalmente à grande distância em relação às sedes das freguesias mais próximas, São Simão e Batatais. Por isso, desde cedo, os posseiros e povoadores desejaram construir uma capela onde pudessem realizar os ofícios religiosos e servir de ponto de contato entre os moradores e as autoridades.

A primeira tentativa nesse sentido foi feita em 1845 por José Mateus dos Reis, filho do capitão Mateus José dos Reis. Ele fez uma doação à Igreja de um pedaço de terra no valor de 40\$000 na Fazenda das Palmeiras, localizada atualmente no bairro do mesmo nome, na zona norte da cidade, bem próximo do Rio Pardo, para a construção e manutenção de uma capela dedicada a São Sebastião. Naquela época, a Igreja Católica impunha condições rigorosas para aceitar este tipo de doação e permitir a construção de uma capela. Por isso foi em vão a tentativa de José Mateus dos Reis, pois ele não conseguiu preencher as exigências eclesásticas: não pôde provar a “posse mansa e pacífica” do terreno e o valor deste não alcançava o valor de 120\$000 (lê-se cento e vinte mil réis), que era o mínimo aceito pela Igreja.

Fica claro porque ele não conseguiu provar a “posse mansa e pacífica”. É porque corria ainda na Justiça de Casa Branca o processo judicial de “força e esbulho de terras” que os Dias Campos moviam contra os Reis de Araújo e aquela era, portanto, uma área litigiosa.

Até 1852, outros condôminos da fazenda das Palmeiras continuaram doando pequenos quinhões de suas terras para a formação de um patrimônio que viabilizasse a construção de uma capela, mas foi tudo em vão. A Igreja não os aceitava porque ainda pairavam dúvidas acerca da legítima propriedade de toda a fazenda.

Independente da autorização da Igreja, a população das Palmeiras construiu uma ermida, para onde vinha o vigário de São Simão, de vez em quando, rezar missa e fazer batizados e casamentos. Já em 1857, o Pe. Manoel Euzébio de Azevedo se transferia para as Palmeiras onde tinha sua propriedade e era recenseado como eleitor.

Legalização das posses através de doações de terrenos à Igreja

Naquela época, uma forma estratégica de legalizar as posses de terras era exatamente doar um pequeno patrimônio para a construção de uma capela. Esta doação era recebida oficialmente pela Igreja e ficava registrada nos livros paroquiais. Isso acabava legalizando toda a propriedade da fazenda original. O primeiro a perceber isso foi José Mateus dos Reis, mas sua tentativa se frustrou, como já vimos. Depois, outros posseiros das fazendas das Palmeiras, da Figueira e do Esgoto tentaram o mesmo, mas sem sucesso.

Enquanto isso, outro grupo de posseiros da fazenda do Retiro, dispendo de maiores recursos e mais influência junto à Igreja, iniciaram um movimento com os mesmos objetivos: formar um patrimônio em terras e construir uma capela para São Sebastião. Eram eles:

DOADORES	EXTENSÃO DOADA	DATA DE DOAÇÃO
João Alves da Silva Primo e Ana Delfina Bezerra	30 alqueires	19.12.1852
Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Teodora	12 alqueires	16.03.1853
José Borges da Costa e Maria Felizarda	9 alqueires	20.03.1853
Inácio Bruno da Costa e Maria Izidora de Jesus	9 alqueires	19.04.1853
Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço Nascimento	2 alqueires	22.04.1853
José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus	2 alqueires	1856

Ao admitirmos o critério da doação dos terrenos para a construção da capela que daria origem à cidade, este grupo de cidadãos e suas respectivas mulheres seria o responsável pela “fundação” da cidade. Mas quem eles eram?

João Alves da Silva frequentemente aparece com o sobrenome “Primo” para diferenciar de outros parentes com o mesmo nome. Ele nasceu por volta de 1828. Era filho de Vicente Alves da Silva e Ana Jacinta, posseiros da região das Palmeiras. Seu pai era irmão de Maria Madalena de Jesus, mãe dos irmãos Reis de Araújo que foram os primeiros posseiros da área de Ribeirão Preto. Ana Delfina Bezerra foi sua segunda esposa (desconhece-se o nome da primeira), nascida em 1820, era filha de Antônio Bezerra Cavalcanti e sua mulher Bárbara Maria Gertrudes (esta também Reis de Araújo). A doação desse casal, a maior dentre todas, estava, como tudo indica,

integrada às anteriores da Fazenda das Palmeiras, mas acabou sendo aceita em conjunto com outras da fazenda do Retiro.

Severiano João da Silva tem sua procedência ainda desconhecida. Existe certa confusão com seu nome nos documentos oficiais: ora Severino, ora Severiano; ora João, ora Joaquim. Sabe-se da existência de um filho seu: Tobias Severino (ou Severiano) da Silva, nascido por volta de 1852 e casado com Maria do Rosário de Nazareth, filha de Manoel de Nazareth de Azevedo e Maria Purcina de Jesus. Tobias foi delegado de polícia, farmacêutico e grande comerciante em Sertãozinho e Pontal. Para se constatar como esta empreitada da organização social e religiosa era uma obra conjunta de uma extensa família, esta Maria Purcina de Jesus, sogra de Tobias, era filha de Jose Borges da Costa.

José Borges da Costa era um entrante mineiro que por aqui já estava desde 1827 com seus pais, irmãos e cunhados e teve sua vida intimamente ligada aos primórdios de Ribeirão Preto até o seu falecimento em 1868. Maria Felizarda, sua segunda mulher, era viúva de Manoel José dos Reis (Araújo). Casou-se ainda mais duas vezes, sempre com herdeiras de extensas propriedades.

Inácio Bruno da Costa nasceu em Itajubá (MG) por volta de 1819, filho de Antônio da Costa Moreira e Ana da Costa de Jesus. Casou-se uma segunda vez em 1872 com Ana Silvéria Nogueira, viúva de João Martins Borralho. Foi um dos primeiros grandes cafeicultores de Ribeirão Preto e faleceu em 1890. Seus pais também faleceram e foram sepultados em Ribeirão Preto.

Mariano Pedroso de Almeida era filho de Jose Pedroso de Almeida e Ana Maria e ainda estava vivo em 1878 na Vila do Ribeirão Preto, então com 70 anos, pois nesta data, ele ainda era listado como eleitor. Este é um dos fundadores de Ribeirão Preto de raízes mais antigas na região. Seu pai recebeu carta de sesmaria em 1811 na paragem de Araraquara (próximo de Cajuru, no caminho de Goiás). Justificaram para isso que sua família já ocupava aquelas terras há mais de 150 anos!

José Alves da Silva, nascido em 1823 e falecido em 1877. Fez uma primeira doação para a construção da capela nas Palmeiras. Não sendo aceita, fez uma segunda, na fazenda do Retiro que, então, foi aceita juntamente com as demais. Deixou larga descendência em Ribeirão Preto.

Sem o seu gesto destes primeiros moradores, a cidade hoje não existiria, ou pelo menos, não no lugar e da forma como ela foi organizada desde seus primórdios. Eles, na verdade, usaram de uma estratégia mais eficiente que os posseiros da fazenda das Palmeiras: aproveitaram que um dos condôminos da fazenda do Retiro, Antônio José Teixeira Júnior, havia requerido na justiça

a sua divisão, descontente que estava com as pretensões de outros em constituir uma capela dentro da área que julgava ser sua. E, assim, com a divisão judicial, além de poderem legalizar suas propriedades, separaram um terreno de 62 alqueires, entre os ribeirões Preto e Retiro, para o patrimônio eclesiástico onde seria construída a capela de São Sebastião da Barra do Retiro.

Ter uma capela não era suficiente. Era preciso uma povoação e o comércio

A tradição oral nos diz que houve intensa disputa entre os moradores das fazendas Palmeiras e Barra do Retiro pelo direito de sediar o patrimônio e a capela que teriam finalmente o reconhecimento da Igreja. Mas não existem documentos que formem sobre essa disputa.

Muitos que desejavam a construção da capela pretendiam também iniciar logo uma povoação em torno dela. Era o que dizia Manoel de Nazareth de Azevedo, líder do povo nas Palmeiras, ao escrever para o vigário de São Simão, Pe. Jeremias José Nogueira, em 1852. Segundo ele, o ponto destinado para a capela tinha proporções para nele se criar uma povoação, pois tinha abundância de água, era alto e arejado, tinha muito campo e muitas terras para a cultura.

A escolha do lugar onde seria construída a capela e o centro da comunidade, já planejada e desejada, é um importante ato econômico, pois determinava, pela distância, o custo do transporte para cada fazendeiro até a povoação⁴. Alguns cidadãos que participavam daquele movimento pretendiam também instalar-se na povoação como negociantes. Foi o caso, sem dúvida, de Antônio Soares de Castilho que não fez doação alguma para o santo, mas foi um dos mais entusiasmados do movimento.

Ele e seu irmão Manoel acabaram se transformando, mais tarde, em prósperos comerciantes em Ribeirão Preto. Podemos dizer que ele era um homem de visão. Foi um dos que mais cedo e melhor percebeu como uma povoação poderia facilitar seus interesses e os de centenas de lavradores e criadores no que se refere às necessidades de troca e relações sociais.

Mesmo depois, quando o grupo de posseiros da fazenda do Retiro acabou conseguindo trazer para junto deles o patrimônio do santo, finalmente reconhecido pela Igreja, era muito clara a intenção de se construir, ou melhor dizendo - organizar e ampliar - uma povoação. Intenção da

⁴ Fica clara, do ponto de vista geográfico, a opção pela fazenda Barra do Retiro para sedear o patrimônio da Igreja onde seria construída a capela em torno da qual iria se desenvolver a povoação. Este ponto era o centro geográfico de todo o território que aglutinava as cinco fazendas em que se fragmentou a antiga fazenda Rio Pardo. Já a fazenda das Palmeiras ficava muito distante deste ponto e totalmente deslocada de um eixo aglutinador.

parte dos posseiros, reconhecida e aceita por parte das autoridades. Isso se torna óbvio em um despacho do juiz Rodrigues Mendes, datado de 15 de julho de 1856, quando este recomenda ao fabricante⁵ que, além de zelar pelo terreno do padroeiro, observasse também “as leis urbanísticas em vigor, no levantamento dos edifícios do novo povoado”.

A quem interessasse obter um local para moradia ou para trabalho era concedida uma pequena porção de terra doada, ou seja, um lote, pelo sistema de aforamento. “Obrigava-se o beneficiário a um módico pagamento anual para custeio das despesas do templo, quantia que era anual, fixa e predeterminada: o foro” (MARQUES, 1991, 26).

O problema em torno do conceito de “fundação” da cidade

O dia 19 de junho é comemorado como aniversário da fundação de Ribeirão Preto porque nesse dia, no ano de 1856, o juiz Rodrigues Mendes despachou favoravelmente ao pedido de demarcação das terras do patrimônio, feito pelo fabricante da época, Manoel de Nazareth Azevedo. Essa data foi oficializada por ato da Câmara Municipal quando era comemorado o 1º Centenário da cidade em 1956, com base no famoso trabalho de pesquisa de Osmani Emboaba da Costa (História da Fundação de Ribeirão Preto) aprovada por uma banca de professores da USP.

Mas a questão da “fundação” de Ribeirão Preto continua a levantar controvérsias até hoje. Plínio Travassos dos Santos, por exemplo, afirma:

A rigor, pode-se considerar a fundação de Ribeirão Preto como tendo sido feita em 1863, data da escolha definitiva do local, feita pelo Pe. Manoel Eusébio de Azevedo para a edificação da capela que serviu posteriormente de primeira matriz, parecendo ser mero engano o assentamento do livro do Tombo da antiga matriz, quando diz que *a actual povoação teve início em 1853*. (SANTOS, s/d; p., 27, nota 3).

O grande problema em toda essa discussão é o significado da palavra “fundação”. Muitas comunidades urbanas do Brasil comemoram sua “fundação” a partir de um ato jurídico e/ou administrativo que deu forma institucional à mesma comunidade: instituição da freguesia, da vila, da cidade... Outras a comemoram com base no ato voluntário de alguns, chamados de

⁵ Fabricheiro era a denominação do responsável pela administração da *fábrica*, ou seja, os bens da Igreja, incluindo o patrimônio, o templo, objetos do culto e os enterramentos.

“fundadores”, que doaram parte de suas propriedades para a formação de um patrimônio eclesiástico onde foi construída uma capela, essa sim origem de muitas cidades brasileiras.

Existem, portanto, várias possibilidades. O caso de Ribeirão Preto é, de certa forma, diferente da grande maioria, pois, pelo menos assim entenderam o historiador Osmani Emboaba da Costa e a Câmara Municipal de 1956.

Agora, a nossa posição. Acreditamos que, como a grande maioria das nossas cidades brasileiras, Ribeirão Preto teve “formação espontânea”. Ao arripio de atos jurídicos e administrativos, e mesmo independente da vontade de alguns que queriam ver surgir ali uma povoação, como ficou demonstrado, esta se fez natural e espontaneamente, muito antes da construção da antiga capela da praça XV (o que teve início somente em 1863). Portanto, não cabe falar em uma “fundação” propriamente dita.

Mas a documentação histórica pode muito bem refletir aquela formação espontânea. Na lista de qualificação eleitoral da freguesia de São Simão de 1857, que pode ser encontrada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, exatamente o seu 22º quarteirão é chamado de “Arraial de São Sebastião”. É isso mesmo: em 1857, já existia o arraial. Portanto, esta equivocada “fundação” entendida como origem de um aglomerado humano, que viria mais tarde a ser reconhecido pelas autoridades, deve ser recuada no tempo e pode ter plena razão o livro do tombo da Catedral.

O livro *História da História da Fundação de Ribeirão Preto* do arquiteto Ricardo Barros, lançado durante as comemorações do Sesquicentenário da cidade em 2006, corrobora nossa tese de uma fundação anterior á oficial e resolve de vez a questão. Seu maior mérito, sem dúvida, é o formidável resgate que faz da “construção ideológica” há sessenta anos atrás de como teria sido a fundação da cidade. Fazendo jus ao título do livro, Barros organiza um levantamento minucioso de documentos particulares e oficiais da década de 1950, em torno da polêmica data de fundação.

Esmiúça os argumentos contrários de Osmani Emboaba da Costa, para quem a fundação aconteceu em 1856. Faz uma análise profunda mostrando limitações, insuficiências e sutilezas desses historiadores do passado. Não desconsidera os interesses do poder estabelecido cortejando a ciência (no caso, a História) na edificação da nossa cidadania.

Há sessenta anos faltavam documentos preciosos para os nossos pesquisadores. Documentos que somente décadas depois vieram à luz. Citemos o próprio “Libelo Cível de força e esbulho de terras” dos Dias Campos contra os Reis de Araújo (1834-1846) sobre as origens das terras sobre

as quais hoje se assenta a malha urbana de Ribeirão Preto, e a “Ação de Desforço”⁶ de Manoel Fernandes do Nascimento e Luiz Antônio de Oliveira com suas mulheres contra Antônio José Teixeira Júnior e sua mulher (1856), pedra angular de Ricardo Barros para comprovar a existência do arraial da Barra do Retiro desde 1853, e onde se afirma textualmente *“construíram algumas pessoas do povo, não embargadas, uma capelinha e algumas casas no mesmíssimo lugar beneficiado e destinado para a povoação na Barra do Retiro”*.⁷.

Construção da capela de São Sebastião



A capela de São Sebastião do Ribeirão Preto, depois matriz da freguesia do mesmo nome, localizava-se onde está localizada hoje a fonte luminosa da Praça XV.

Enquanto não se resolvia onde seria construída a capela dentro do patrimônio já formado e finalmente recepcionado pela Igreja, um dos líderes do povo da Barra do Retiro, Manoel

⁶ A título de esclarecimento, este documento foi encontrado por este autor no arquivo do fórum de Casa Branca em 1993 e o citado no seu livro “Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro” publicado em 1996 (1ª edição) e que reproduz fielmente a sua dissertação de mestrado, apresentada ao programa de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, em 1995. Ele não contesta as afirmações contidas ali e nem entra na polêmica sobre a data de fundação de Ribeirão Preto, pois não era esse o objeto do meu trabalho. E nem poderia sê-lo, pois se tratava de um trabalho com todos os rigores acadêmicos. Seria outra dissertação, agora vinda à luz pelas mãos de Ricardo Barros. Outra e, tudo indica que definitiva leitura dos fatos e dos documentos.

⁷ Ação de Desforço de Manoel Fernandes do Nascimento contra Antônio José Teixeira Júnior, Cartório do 2º Ofício de Casa Branca, 139, c. AC-1853.

Fernandes do Nascimento⁸, resolveu construir uma tosca capelinha, de pau-a-pique, coberta de palha. Estes mineiros e paulistas eram mesmo muito religiosos. Mas onde ficava esta ermida? Na atual praça Barão do Rio Branco, ao lado do Palácio Rio Branco (sede da Prefeitura Municipal), ocupando o lugar do prédio de nº 342, conforme opinou o pesquisador Pedro Miranda. Outros pesquisadores afirmam que ela ficava aos fundos do terreno onde hoje se situa o Museu de Arte de Ribeirão Preto (MARP), antiga sede da Sociedade Recreativa. Isso, com certeza, antes de 1856.

Deixemos Plínio Travassos dos Santos falar sobre isso:

Entretanto, informam velhos moradores de Ribeirão Preto, dentre os quais o Sr. Inocêncio Celso de Abreu e o Dr. Osmani Emboaba, baseado em informes de um avô materno, Joaquim Moura de Oliveira, filho de Ribeirão Preto, falecido em 1941 com 80 anos, que mais ou menos no local da atual sede da Sociedade Recreativa (atual MARP), que já foi também sede da Câmara Municipal, existia um rancho com um altar, no qual eram feitos os batizados, isso possivelmente desde antes de 1863. (SANTOS, s/d, p. 55).

Podemos, então, identificar, com certeza, o verdadeiro marco zero onde teve origem Ribeirão Preto: nas imediações entre a Praça Barão do Rio Branco e a área ocupada hoje pelo MARP. Os documentos da época já chamam aquele pequeno ajuntamento humano, umas oito ou dez casinhas, de “Capela do Retiro” (em alusão ao córrego do Retiro), “Capela do Ribeirão Preto” ou ainda “arraial de São Sebastião”, como podemos ler na lista de qualificação eleitoral de São Simão, em 1857.

Somente em 28 de março de 1863, o vigário de São Simão, Pe. Manoel Eusébio de Azevedo, cumprindo ordens superiores do Vigário da Vara, escolheu o local definitivo para a construção da igreja, dentro da área do patrimônio judicialmente aprovado anos antes. Este local ficava em frente à capelinha de pau-a-pique e foi denominado posteriormente Largo da Matriz, o que é hoje a Praça XV de Novembro. A igreja ficava exatamente onde hoje está localizada a fonte luminosa, de costas para o Theatro Pedro II.

A demora em se iniciar a construção da capela se explica pela falta de recursos. Um donativo de 360\$000, deixado por Maria Felizarda, viúva de José Borges da Costa, em seu testamento para

⁸ Ver a obra do mesmo autor, *Fundadores: a saga de Manoel Fernandes do Nascimento*. Se existiu um autor intelectual de toda a trama para se constituir uma capela e uma povoação nas Palmeiras e, depois, na Barra do Retiro, este foi sem dúvida nenhuma, este outro mineiro de Itajubá, Manoel Fernandes do Nascimento. Ele acabou assassinado exatamente pelo empenho em que se lançou para implantar as tais leis urbanísticas recomendadas pela Justiça em torno da capela de São Sebastião que se construía na Barra do Retiro.

as obras da capela é que permitiu o início da sua construção, mesmo assim quase dois anos depois. O pagamento dessa doação foi feito a contragosto do viúvo ao fabricante da capela.

A partir de 1866, ela já podia abrigar os atos litúrgicos. Em 2 de janeiro de 1868, a Igreja reconheceu como legítimo seu patrimônio. A 9 de janeiro do mesmo ano, o Bispo de São Paulo autorizou a necessária benção pelo vigário o que foi feito pelo Pe. Miguel Martins da Silva em 25 de março de 1869. Em 26 de novembro do mesmo ano, ela foi levada à capela curada, sendo seu primeiro vigário nomeado nessa mesma data, o Pe. José Phillidory Torres. A capela de São Sebastião do Ribeirão Preto passou a matriz quando foi criada a freguesia em 1870 e serviu como local do culto católico e distribuição dos sacramentos por vários anos, até sua demolição em 1904.

Considerações finais

Pudemos ver que a organização fundiária da região de Ribeirão Preto esteve intimamente entrelaçada com a organização familiar e social que lhe deu origem ainda na primeira metade do século XIX, muito antes dos albores da economia cafeeira. Esta organização fundiária primitiva ainda ligada à disputa pela posse da terra dependeu ainda diretamente da presença de antigos paulistas (Reis de Araújo) que tinham no caminho de Goiás o eixo maior de seus interesses e procuraram se fixar às suas margens com uma economia para o gasto doméstico.

Mas sua organização familiar e social dependeu diretamente daquele outro fluxo de migrantes provenientes das terras mineiras que se deslocaram de antigas fazendas da época do ouro, em um processo de expansão da fronteira agrícola rumo aos sertões do oeste e reproduzindo nestas áreas ainda sem dono uma economia mercantil de subsistência tipicamente mineira, ora voltada para o mercado, ora voltada para o gasto doméstico. Os representantes deste grupo foram os verdadeiros líderes da comunidade que se formou no conjunto das fazendas provenientes da fragmentação da unidade inicial disputada entre as duas famílias de Batatais, Reis de Araújo e Dias Campos.

Os doadores de terrenos para a formação do patrimônio eclesiástico foram, sem dúvida, os que concretizaram na prática a forma comum de se atender as necessidades econômicas, sociais e religiosas daquelas populações rurais dispersas pelo sertão. Mas nunca estiveram sozinhos. No entrelaçamento de seus vários interesses, os verdadeiros líderes não doaram sequer um palmo de terra para o santo, mas estiveram presentes em todas as demandas, subscreveram todos os documentos oficiais e se entregaram de corpo e alma ao projeto urbanístico. Entre eles,

destacamos a figura de Manoel Fernandes do Nascimento, o verdadeiro líder do povo que queria a todo custo construir uma capela e uma cidade, a exemplo do que sua família já havia feito ajudando o Pe. Lourenço da Costa Moreira a fundar Itajubá.

Mas os interesses econômicos estão, sem dúvida, no substrato de toda uma trama de organização social. Ter um núcleo centralizado de interesses convinha para as duas pontas do mercado. As necessidades de troca e de abastecimento estão também entrelaçadas a estas diversas sociabilidades de mineiros e paulistas que se fixaram na área de Ribeirão Preto. E também tiveram seus líderes na figura dos irmãos Castilho, Antônio e Manoel, que desde cedo abriram seus armazéns de secos e molhados, mas deixaram sua marca registrada em todos os documentos levados à Igreja reivindicando o reconhecimento oficial do patrimônio do santo.

Ao concluir este artigo, na busca de uma síntese histórica destes primitivos tempos de Ribeirão Preto, não seria demais compará-la a uma verdadeira saga de seus primeiros habitantes. Fossem eles andarilhos do caminho ou migrantes das montanhas, se aglutinavam em torno de um projeto de seu reconhecimento oficial pelas autoridades, fossem elas civis ou eclesiásticas, já que naquela época a Igreja estava ainda unida ao Estado. Eram os primeiros tempos do Império, ainda um período organização do Estado Nacional, onde se discutiam intensamente os direitos, a propriedade, os poderes local e central, talvez um eco de revoluções distantes. Não seria demais afirmar, a título de conclusão, que a saga daqueles primeiros ribeirão-pretanos fosse a saga da luta pela sua cidadania.

Bibliografia citada e consultada

BARROS, Ricardo. História da História da Fundação de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda., 2005.

BORGES DA SILVA, Adriana Capretz. Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, Secretaria Municipal da Cultura, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2004. Maio de 2004.

CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: IMAG Gráfica e Editora, 2ª Ed., 1989.

_____. História de Ribeirão Preto. Matão: Imag Gráfica e Editora, 1987.

_____. Revivescências na história de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, Editora Legis Summa, 1994.

_____. História de Ribeirão Preto I Volume. Matão: Imag Gráfica e Editora, 1989.

_____. História de Ribeirão Preto II Volume. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1993, 2ª edição.

_____. Rubem. História de Ribeirão Preto III Volume. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1992.

_____. Rubem. História de Ribeirão Preto IV Volume. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1995.

_____. História de Ribeirão Preto V Volume. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 1997.

COSTA, Osmani Emboaba da. História da Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo: s/Ed., 1955 (Coleção Revista de História/USP).

CHIACHIRI, Filho. Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora Ltda., 1986.

GUIÃO, João Rodrigues. O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º Centenário da Independência Nacional 1822-1922, s/ed., 1923.

LAGES, José Antônio. Da Figueira à Barra do Retiro. São Paulo: Editora Nelpa, 2010, 2ª edição.

LAGES, José Antônio. Fundadores: a saga de Manoel Fernandes do Nascimento. Coleção Nossa História. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2011.

_____. Os primeiros povoadores. Revista Humanitas. Ano 1, nºs 1 e 2 – ago/set 1995. Ribeirão Preto: Faculdade de Humanas da Uni-Mauá, 1995.

LAURIANO, João. História Religiosa de Ribeirão Preto. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1973.

_____. Apontamentos sobre a Fundação de Ribeirão Preto. São Paulo: Ave Maria, 1965.

MARCONDES, Renato Leite & Outros. Um espelho de cem anos: A Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto - 1904-2004. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.

MARQUES, Manoel Eusébio de Azevedo. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos e noticiosos da província de São Paulo. São Paulo, s/Ed., 1874.

MARQUES, Murilo. Cidades do Brasil: terra de quem? São Paulo: Editora Nobel, 1991.

MERCADANTE, Carlos Maurício Dias. Características do desenvolvimento arquitetônico de Ribeirão Preto 1856 -1960. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Cão Carlos, USP, Escola de Engenharia, 1988.

MIRANDA, José Pedro. Ribeirão Preto: de ontem e de hoje. Ribeirão Preto: Livraria El Dorado, 1971.

_____. Breve histórico de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: s/ed., 1987.

_____. Breve histórico do café em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, s/Ed., 1980.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Maria Luiza de Paiva Melo. Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1980.

PRADO JÚNIOR, Martinho. Impressões. *Jornal A Província de São Paulo*, São Paulo (SP), 7 de junho de 1877.

PRATES, Prisco da Cruz. Ribeirão e os seus homens progressistas. Ribeirão Preto: Gráfica União, 1983, 2ª edição.

_____. Relembrando o passado. Ribeirão Preto: Gráfica União, 1979, 2ª edição.

_____. Ribeirão Preto de outrora. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirantes Gonçalves & Cia. Ltda, 1971, 3ª edição.

SANTOS, Plínio Travassos dos Santos. O Ribeirão Preto Histórico e para a História. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, obra inédita, datilografada, s/d.

TORNATORE, Nicola. A Cidade 100 anos: fazendo história. Ribeirão Preto: Empresa Jornalística Orestes Lopes de Camargo Ltda., 2005.

TRAMBELLINI, J. Machado. A freguesia dos Batataes. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Dissertação de Mestrado em História. Araraquara: UNESP, 2000.

SILVA, Eder Donizete da. A história contada através da arquitetura de uma rua. Dissertação de Mestrado em História. Franca: UNESP, FHDSS, 1998.

SANCHES, Karla. A construção da Legislação Urbanística de Ribeirão Preto: 1874 a 1935. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Engenharia. São Carlos: USP, Escola de Engenharia, 2003.

VALADÃO, Valéria. Memória Arquitetônica de Ribeirão Preto: planejamento urbano e política de preservação. Dissertação de Mestrado em História. Franca: UNESP, 1997.

ZAMBONI, Ernesta. Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto 1874-1900: uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, FFCH, 1978.